



---

# Violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e a experiência da população LGBTQIA + no âmbito do poder judiciário

**Silvia Aguião** - consultora PNUD  
AFRO-CEBRAP e  
PPGCSOC/UFMA

# Objetivos

---

- Identificar as formas de violência judicializadas pela população LGBTQIA+ e o que as leva a buscar o judiciário;
- Compreender a relação dessa população com o judiciário a partir da perspectiva das vítimas;
- Levantar quais são as demandas e expectativas dos usuários que procuram a judicialização de violações;
- Levantar quais são as dificuldades encontradas e que mecanismos poderiam ser desenvolvidos para facilitar esse processo;
- Identificar experiências e práticas exitosas;
- Elaborar recomendações técnicas para o aperfeiçoamento de políticas públicas e fornecer insumos para a prevenção ao risco de violação de direitos;



# Metodologia

---

- Entrevistar pessoas LGBTQIA+ que tivessem a experiência de acessar a justiça por motivo de discriminação relacionada à orientação sexual e/ou identidade de gênero;

Estratégias de busca de colaborações:

- Construção de rede de contatos e indicações de possíveis entrevistadas/os/es através de organizações e equipamentos voltados para a atenção à população LGBTQIA+, governamentais e não-governamentais nos seis estados e doze cidades previamente definidas pelo projeto;
- Formulário elaborado pelo CNJ para voluntários em colaborar com a pesquisa;



# Principais resultados – sobre a amostra

---

- **33 entrevistas** realizadas a respeito de situações de violência e violação de direitos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero;

**.21 entrevistas tratam de experiências de denúncias - Ministério Público e/ou ações na justiça;**

**.12 denúncias que chegaram até a polícia** ou não foram formalizadas.

- Amostra diversa com algumas tendências:

. maioria das pessoas **brancas**; tipos de ocupação declaradas  
acesso ao **nível superior de ensino**; a faixa-etária sentre **21 e 55 anos**, com concentração acima dos 35 anos; a todas as regiões do país, há **predominância da região sudeste**.

Cidades entrevistadas: : São Paulo (SP), Bauru (SP), Mogi das Cruzes (SP), São Bernardo do Campo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Araquari (SC), Foz do Iguaçu (PR), Dourados (MS), Manaus (AM), Rio Branco (AC).



# Principais resultados

---

- Cotidiano de pessoas LGBTQIA+ é atravessado por inúmeras **situações de preconceito e discriminação** que muitas vezes **não são reconhecidas como tais**.
- As situações: **agressões verbais, constrangimentos e exclusão de espaços públicos e privados de convívio social, (tanto na vida presencial quanto na Internet), situações de assédio, desqualificação e humilhação em espaços de trabalho, agressões físicas e desrespeito ao uso de nome social e às identidades trans**. Além disso, em pelo menos três entrevistas houve relatos **de transfobia incidindo em ações jurídicas de separação e guarda de crianças**.



# Principais resultados

---

- Resistência da polícia em reconhecer e qualificar violações de direito e violências relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero. Sendo assim, a **polícia pode ser compreendida como uma espécie de filtro** que separa aqueles que terão maiores ou menores chances de acesso à justiça;
- Dificuldade acrescida: **opacidade do modo de funcionamento e o vocabulário hermético do sistema de justiça** contribuem para as experiências de desgaste e constrangimento relatadas;
- Importância de redes e equipamentos especializados que possam oferecer assistência jurídica e psicológica e mitigar situações de revitimização ao longo dessa trajetória;
- Para acessar à justiça: **ter condições materiais e emocionais para sustentar a tramitação da ação;**



# Principais resultados

---

- A amostra tem um viés de ter **algum tipo de conhecimento ou proximidade com redes ou organizações da sociedade civil – acesso a mais informações sobre os mecanismos existentes de proteção à população LGBTQIA+** e como percorrer o sistema de justiça para além do registro de ocorrência policial.
- Grande representatividade de pessoas trans e travesti
- Particularidades: **falta de entendimento sobre a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero e a persistência de uma concepção essencialista binária de sujeito que encontram junto às instituições da rede de segurança e justiça**
- Mulheres trans e travestis - persistência de estereótipos que associam as suas experiências à “marginalidade”;
- Homens trans - falta de reconhecimento de suas identidades e a dificuldade de encontrar serviços e protocolos de atendimento que de fato considerem a especificidades de suas experiências;



# Principais resultados

---

- A busca pela justiça é uma maneira de **reconhecimento não apenas da violência** ou violação sofrida, mas também do **reconhecimento das pessoas LGBTQIA+ enquanto sujeitos de direitos**.
- Aqueles e aquelas que relatam ter recebido um **tratamento relativamente adequado**, avaliam que tiveram **“sorte”** ou consideram que **estão inseridas em algum contexto particularmente privilegiado**, relacionado às suas inserções profissionais e, particularmente, a marcadores de classe, raça e geração.
- As entrevistas apontam para **experiências controversas em relação ao poder judiciário, acessá-lo é difícil e desgastante, no entanto necessário**. A despeito de todas as dificuldades e entraves experienciados, a maioria das pessoas expressa a percepção de é preciso **denunciar para que outras e outros não precisem passar pelas mesmas situações de descaso e incompreensão**.



# Para concluir

---

Aspectos subjetivos das experiências;

- Pouco conhecimento dos detalhes jurídicos e andamento de seus processos;
- Sujeitos fragilizados que relatam experiências profundas de constrangimento e humilhação;
- As entrevistas trazem esse desconcerto, indignação com o desamparo e o não reconhecimento da legitimidade de suas experiências e existências. Algo difícil de apreender e que parece nem sempre caber nos percursos adequados da burocracia que são exigidos que elas percorram.



---

Obrigada!

**Silvia Aguião**

**saguião@cebrap.org.br**

